

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 9

Quinta-feira, 18 de Maio de 1978

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução n.º 65/78:

Concede um subsídio de 15 000 contos à REP, de forma a permitir o início dos trabalhos previstos no projecto de expansão do Emissor Regional da Madeira.

Resolução n.º 66/78:

Fixa para o ano de 1978 um programa de importações de bens essenciais para a alimentação destinados ao abastecimento do continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 14/78:

Autoriza transferência de verbas no Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

SECRETARIAS REGIONAIS DA AGRICULTURA E PISCAS E ECONOMIA

Portaria n.º 17/78:

Fixa os preços do leite a pagar à produção e os preços de revenda e venda ao público do leite pasteurizado, na Região Autónoma da Madeira.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 15/78:

Fixa os preços de compra de gado bovino à produção e os preços de venda a retalho das carnes verdes e congeladas na Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 16/78:

Actualiza os preços de alimentos compostos para animais na Região Autónoma da Madeira.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Conforme o preceituado no art.º 8.º, alínea a),

do Decreto Regional n.º 6/77/M, de 21 de Abril e em execução da Portaria n.º 49/77, de 29 de Novembro, da Presidência do Governo Regional da Madeira, transcrevemos os seguintes diplomas:

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Resolução n.º 65/78

de 11 de Maio

O orçamento de investimentos da Radiodifusão Portuguesa, E. P., prevê a aplicação, no corrente ano, de cerca de 32 000 contos na Região Autónoma da Madeira, com vista ao aperfeiçoamento da rede radiofónica local e a um eficiente cumprimento da função que, estatutariamente, lhe foi cometida.

Considerando que é necessário concretizar o mencionado projecto;

Considerando, por outro lado, que a exiguidade de meios com que a RDP se debate exclui a possibilidade de recurso ao autofinanciamento:

O Conselho de Ministros, reunido em 26 de Abril de 1978, resolveu:

Conceder um subsídio, não reembolsável, de 15 000 contos à RDP, de forma a permitir o início dos trabalhos previstos no projecto de expansão do Emissor Regional da Madeira.

Presidência do Conselho de Ministros, 26 de Abril de 1978. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

GABINETE DO PRIMEIRO - MINISTRO

Resolução n.º 66/78

de 12 de Maio

O abastecimento do País em produtos alimen-

tares e matérias-primas para a sua produção continua a depender fundamentalmente da respectiva importação, implicando um considerável dispêndio de divisas.

A necessidade da contenção do *déficit* da balança de transacções correntes obriga a estabelecer um programa de importações dos bens essenciais que assegure um nível de abastecimento suficiente para satisfazer a procura com o mínimo dispêndio de divisas.

As limitações que necessariamente têm que ser feitas implicam obviamente um condicionalismo em termos de definição de prioridade dos bens a importar e respectivas quantidades, sua distribuição ao longo do ano, da política de crédito externo nas importações, bem como do acompanhamento da execução do programa que deve ser único para todo o território nacional.

Nestes termos:

O Conselho de Ministros, reunido em 19 de Abril de 1978, resolveu:

1 — Autorizar para o ano de 1978 o dispêndio de \$722 500 000 na importação de bens essenciais para a alimentação destinados ao abastecimento do continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, repartidos da seguinte forma por organismos e empresas públicas e produtos:

IAPO (sementes e farinhas de oleaginosas, óleos e azeite)	\$214 737 000
EPAC (cereais e sementes ...)	\$410 650 000
JNPP (carnes, leite e lacticínios)	\$ 23 367 000
CRCB (bacalhau e peixe congelado)	\$ 14 980 000
AGA (ramas de açúcar em me-las)	\$ 58 439 000
JNF (diversos)	\$ 327 000
	<hr/>
	\$ 722 500 000
	<hr/>

Neste valor estão incluídas as aquisições já efectuadas ao abrigo do Despacho Normativo n.º 30/78, de 16 de Janeiro, dos Ministérios do Plano e Coordenação Económica, das Finanças, da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo.

2 — Determinar que, por despacho ministerial, sejam fixados para cada organismo e empresas públicas os programas de importações correspondentes a esta resolução, discriminando os produtos, quantidades e valores, ficando os mesmos vinculados ao seu cumprimento rigoroso.

3 — Determinar que sejam efectuadas revisões trimestrais do plano agora sancionado, ficando os Ministros de Tutela dos organismos e empresas públicas encarregados de providenciar no sentido da obtenção da necessária informação e sua apresentação em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos.

4 — Cometer ao Ministério das Finanças e do Plano a definição da política de financiamento externo para as importações constantes do plano aprovado.

Presidência do Conselho de Ministros, 18 de Abril de 1978.—O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 14/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas adentro do Capítulo 1.º do orçamento Ordinário para 1978. — Capítulo inerente à Assembleia Regional, há necessidade de se proceder à transferência de verbas, na importância de 200 000\$00 (duzentos mil escudos).

Assim, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional, n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância acima referida dentro do Capítulo 1.º, para reforço de diversas verbas do mesmo Capítulo, de acordo com o mapa anexo que faz parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, 18 de Maio de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

Código	RÚBRICAS	Código	Código	Capítulo
	ASSEMBLEIA REGIONAL			
	Verbas a Transferir			
	CAPÍTULO I			
21	Bens Duradouros — Outros		100 000\$00	
44	Outras despesas correntes:			
06	Despesas de anos findos		100 000\$00	
	TOTAL		200 000\$00	
	Verbas a Reforçar			
	CAPÍTULO I			
01	Remunerações certas e permanentes:			
15	Pessoal interino ou eventual		100 000\$00	
31	Aquisição de serviços — Não especificados ...		100 000\$00	
	TOTAL		200 000\$00	

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA
E PESCAS E SECRETARIA REGIONAL
DE ECONOMIA

Portaria n.º 17/78

O leite tem merecido, desde sempre, um cuidado especial no que se prende com os preços de matérias-primas, sempre crescente, o que elevado consumo, a sua característica como bem indispensável à alimentação tem levado os sucessivos Governos a uma contenção de preços no sentido de torná-lo acessível a todas as camadas sociais.

A produção, por outro lado, luta com preços de matérias-primas, sempre crescentes, o que ocasiona a necessidade de uma correcção de preços ao consumo e ao produtor. A Madeira, tem por outro lado, custos especiais na produção e comercialização do leite, aliás, como em quase todos os outros produtos. Neste sentido, tem este Governo Regional tentado, junto ao Governo Central obter uma melhor cobertura dos nossos custos, o que, até o momento, não vimos

nem confirmado nem prometido.

Porém a necessária elevação dos custos dos alimentos compostos (rações) para animais obriga-nos a fixar preços à produção aquém do que pretendíamos. Aguardamos contudo a oportunidade de brevemente poder rever o preço à produção com ou sem a colaboração do Governo Central.

Ao abrigo do artigo n.º 28 da Portaria n.º 192-B/78, de 7 de Abril de 1978, manda o Governo Regional da Madeira através da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas e da Secretaria Regional de Economia o seguinte:

- 1.º — Nas áreas de recolha organizadas, as funções de recolha e concentração de leite são da competência das cooperativas de produção.
- 2.º — Entendem-se por zonas de recolha organizada aquelas onde exista uma recolha aprovada nos termos do Decreto-Lei n.º 47710, e se proceda à classificação oficial do leite.
- 3.º — As salas colectivas de ordenha mecâ-

nica, desde que oficialmente aprovadas, serão equiparadas a postos de recepção de leite.

4.º — A classificação de leite na Madeira será feita nos postos de recepção, sob orientação e vigilância dos Serviços Veterinários, em conformidade com as características higio-sanitárias e de harmonia com as normas de classificação e de análise oficialmente aprovadas.

5.º — Sempre que o leite entregue pelos produtores nos postos de recepção levante suspeita sobre a sua genuinidade ou apresente possível alteração, deverá ser separado e devidamente identificado para apreciação ulterior no posto de concentração.

6.º — Os mapas de volume de leite classificado serão, para efeito de pagamento de subsídios pelo Governo Regional, subscritos pelas entidades que efectuam a recolha do leite, e a sua autenticidade garantida pelos serviços competentes da Secretaria da Agricultura e Pescas.

7.º — Na Madeira nas zonas de recolha organizada, os preços a pagar à produção a partir do dia 16 de Maio de 1978 por litro de leite, são os seguintes:

Leite de classe A	12\$00
Leite de classe B	9\$50

8.º — Nas zonas de recolha não organizada o preço a pagar à produção não pode ser inferior a 9\$50 por litro de leite.

9.º — Os preços à produção na Madeira entendem-se para o leite com 3,2% de teor butiroso, sujeitos à valorização ou desvalorização de \$07 por cada 0,1% de gordura.

10.º — 1 — Os produtores e cooperativas de produtores das zonas de recolha organizada da Madeira que procedam à instalação de equipamento de ordenha mecânica e/ou refrigeração do leite, anexa à ordenha, nas condições expressas no n.º 9 da presente portaria, beneficiarão de um subsídio de 40% a fundo perdido sobre

custo e montagem do equipamento adquirido, e que conste da lista anexa a este diploma.

2 — Os pedidos de subsídio que tenham dado entrada na Junta Nacional dos Produtos Pecuários ou suas delegações até à data da publicação desta portaria beneficiarão do subsídio que vigorava ao abrigo da Portaria n.º 431/77, de 16 de Julho.

11.º — Os produtos das zonas de recolha organizada da Madeira que se associem para instalar estábulos colectivos nas condições expressas no n.º 9 da presente portaria beneficiarão do subsídio de 40% a fundo perdido sobre o custo da construção desde que satisfaçam às normas previstas em regulamento a publicar.

12.º — Os produtores e cooperativas de produtores das áreas de recolha organizada da Madeira que utilizem ordenha mecânica e ou refrigeração anexa à ordenha nas condições expressas no n.º 9 da presente portaria, receberão os seguintes subsídios por cada litro de leite de classe A e de leite especial:

- a) \$60, se procederem simultaneamente à ordenha mecânica e refrigeração;
- b) \$30, se realizarem apenas a ordenha mecânica;
- c) \$30, se procederem apenas à refrigeração.

13.º — Poderão eventualmente ser contemplados pelos subsídios previstos nos n.ºs 1 e 3 do n.º 6 os produtores de zonas de recolha não organizada da Madeira cujos pedidos, apreciados caso a caso pelos serviços competentes da Secretaria da Agricultura e Pescas.

14.º — Na Madeira a concessão de subsídios referidos nos n.ºs 6.º, 7.º e 8.º, dependerá da aprovação das instalações e equipamento pelos serviços competentes da Secretaria de Agricultura e Pescas.

15.º — 1 — Os tipos de leite para consumo em natureza comercializados na Madeira com excepção do leite especial pasteurizado, deverão apresentar o seguinte teor butiroso:

	Porcentagem
Leite Pasteurizado	2,5
Leite Comum	2,5
Leite ultrapasteurizado gordo	2,5
Leite ultrapasteurizado magro	0,5
Leite esterilizado gordo	2,5
Leite esterilizado meio gordo	1,5
Leite esterilizado magro	0,5

2 — Estas percentagens entendem-se como valores mínimos, exceptuando os valores indicados para os leites ultrapasteurizados e esterilizados magros, que se consideram como máximos.

16.º — Ficam sujeitos ao regime de preços máximos de venda ao público o leite pasteurizado e o leite comum para a fábrica «ILMA».

17.º — Os preços de revenda e venda ao público do leite pasteurizado nos postos de abastecimento e outros estabelecimentos, para utilizar fora do local de aquisição e ao domicílio na Madeira são os seguintes:

Embalagens	Revenda	nos postos de venda e outros estabelecimentos	ao domicílio
De 1 l.	7\$80	8\$50	9\$10
De 0,5 l.	4\$10	4\$60	5\$00
De 0,25 l.	2\$20	2\$50	2\$90

18.º — Nos centros de consumo poderá ser deduzida da margem do retalhista a importância de \$15 por embalagem, quando colocada em estabelecimentos de venda a retalho.

19.º — Os consumidores colectivos industriais e estabelecimentos hoteleiros e similares só poderão ser abastecidos de leite pasteurizado em bilhas seladas, garrafas e embalagens perdidas.

20.º — O leite pasteurizado acondicionado em bilhas seladas destinado a consumidores colectivos e estabelecimentos hoteleiros e similares fica sujeito ao regime de preços máximos, não podendo o preço de entrega à entidade utilizada exceder os 8\$50 por litro.

21.º — Os preços para a fábrica Ilma serão os de produção acrescidos dos custos de 1.º escalão que para o efeito se fixa em 2\$00.

22.º — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais de Agricultura e Pescas e Economia, 16 de Maio de 1978. — O Secretário Regional de Agricultura e Pescas, *Jorge Gaudêncio Machado Figueira*. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 15/78

A carne é um produto essencial à alimentação humana e como tal o seu preço merece deste Governo cuidado especial.

A Portaria n.º 4 de 13 de Abril de 1977 que determinou os preços do gado bovino da Região, encontra-se desactualizada devido ao agravamento de preços, onde sobressai, o aumento de custo de mão de obra rural, o que é por seu lado sinónimo de uma melhoria de vida de uma classe a quem tudo tem sido negado.

Acresce que nesta data, e devido a factores que nos são completamente estranhos, o preço das rações são aumentados, pressionando deste modo a necessidade de rever a citada portaria.

Apesar dos nossos custos de produção serem superiores aos do Continente Português, manteremos um preço de carne ligeiramente inferior ao que lá é praticado, e isto sem sacrifício para o lavrador, que terá aliás um preço superior.

A venda de carne congelada, que se pratica em elevada quantidade na Região será mantida a um preço bastante inferior ao do Continente Português, dando deste modo possibilidade a que a população da Madeira tenha um mais fácil acesso àquele produto tão essencial. Evidencia-se que na carne menos qualificada manteremos o preço anteriormente praticado.

Nestes termos, manda o Governo Regional pelo Secretário Regional de Economia, ao abrigo do N.º 1 do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 101/76 e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, o seguinte:

1.º — Os preços de compra de gado à lavoura

e de venda das carnes ao público constantes das tabelas anexas a esta Portaria, serão máximos.

- 2.º — As presentes tabelas serão corrigidas, mediante despacho conjunto da Secretaria Regional de Economia e da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, quando flutuações nos preços de carne congelada no mercado internacional ou outros motivos o justifiquem.
- 3.º — São cobradas pela Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários aos apresentantes das reses nos matadouros as taxas devidas pela utilização das referidas estruturas e bem assim pelos serviços prestados de acordo com as disposições constantes na Portaria N.º 192-G/78 de 7 de Abril.
- 4.º — São mantidas as taxas de seguros de reses que vêm sendo cobradas para indemnização em caso de rejeição, parcial ou total, das carcaças e miudezas, bem como a taxa de inspecção sanitária correspondente, de \$20/Kg.
- 5.º — Os preços de garantia do gado a pagar à lavoura incluem o valor do couro ou pele, miudezas e despojos, e deles é deduzido a percentagem legal para enxugo.
- 6.º — As características que definem as categorias das carcaças são as constantes das normas de classificação, expressas na Portaria N.º 192/I-78 de 7 de Abril.
- 7.º — Entenda-se por carcaças de bovinos a rês abatida, esfolada e privada de miudezas, mas conservando a rilada e a língua, em conformidade com as disposições da Portaria mencionada no número anterior.
- 8.º — As peças e porções de carnes verdes e congeladas à venda nos estabelecimentos de retalho têm de estar devidamente identificadas, separadas e marcadas com os preços que lhes correspondem.
- 9.º — A falta de cumprimento do disposto no número anterior dá lugar à suspensão imediata do fornecimento de carne con-

gelada por parte da Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, bem como à aplicação das sanções previstas na lei geral e especial para todos os casos de infracção que prejudiquem o consumidor.

- 10.º — As tabelas de preços a fixar em estabelecimentos de retalho serão fornecidas pela Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

- 11.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional de Economia, 26 de Abril de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

TABELA A

TABELA DE PREÇOS MÁXIMOS DE COMPRA DO GADO BOVINO À PRODUÇÃO

1.ª categoria

Novilhos e novilhas	120\$00 Kg.
Bois	110\$00 »
Vacas	105\$00 »

2.ª categoria

Novilhos e novilhas	110\$00 Kg.
Bois	105\$00 »
Vacas	100\$00 »

3.ª categoria

Bois e vacas	55\$00 Kg.
Vitelos	
De 1.ª categoria	125\$00 »
De 2.ª categoria	110\$00 »

TABELA B

TABELA DE PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA A RETALHO DAS CARNES VERDES DE BOVINO

<i>Categorias e peças</i>	<i>Sem osso</i>	<i>Com osso</i>
Lombo (filete)	290\$00	—\$—
Vazia (lombo)	260\$00	—\$—

1.ª Categoria

Acem redondo (alcatra); pajadouro (chã de dentro); coberta do pajadouro ou da

<i>Categorias</i>	<i>Sem osso</i>	<i>Com osso</i>
chã de dentro; rabadilha (grelhar da perna); acem comprido (alcatra); alcatra (grelhar atravessado); chã de fora; cheio, agulha, espelho e sete da pá (pá) ...	210\$00	155\$00

2.ª categoria

Lagarto e maçaroca (restos da pá); aba grossa (aba descarregada ou fralda grossa); cachaço (pescoço); peito alto (peito); chambões (rolos da perna ou rijetes); coberta do acem ou coberta da pá (coberta do alcatra e da pá) ...	150\$00	110\$00
---	---------	---------

3.ª categoria

Aba delgada (aba descarregada ou fralda delgada); aba das costelas (aba carregada); prego do peito (mendinga) ...	92\$00	66\$50
Rabo ...	—\$—	66\$50
Língua limpa ...	130\$00	
Rim limpo ...	130\$00	
Rilada e gordura ...	4\$00	

NOTA: as designações entre parêntesis referem-se à nomenclatura regional.

TABELA C**TABELA DE PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA A RETAHO DAS CARNES CONGELADAS DE BOVINO**

<i>Categorias</i>	<i>Sem osso</i>	<i>Com osso</i>
Lombo (filete) ...	210\$00	—\$—
Vazia (lombo) ...	190\$00	—\$—

1.ª categoria

Acem redondo (alcatra); pojadouro (chã de dentro); coberta do pojadouro ou da chã de dentro; rabadilha (grelhar da perna); acem comprido (alcatra); alcatra (grelhar atravessado); chã de fora; cheio, agulha, espelho e sete de pá (pá) ...	140\$00	105\$00
--	---------	---------

2.ª categoria

Lagarto e maçaroca (restos

da pá); aba grossa (aba descarregada ou fralda grossa); cachaço (pescoço); peite alto (peito); chambões (rolos da perna ou rijetes); coberta do acem ou coberta da pá (coberta do alcatra e da pá) ...	95\$00	71\$50
--	--------	--------

3.ª categoria

Aba delgada (aba descarregada ou fralda delgada); aba das costelas (aba carregada); prego do peito (mendinga) ...	50\$00	37\$50
---	--------	--------

NOTA: as designações entre parêntesis referem-se à nomenclatura regional.

TABELA D**TABELA DE PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA DE CARNE DE VITELA AO PÚBLICO**

<i>Categorias</i>	<i>Sem osso</i>	<i>Com osso</i>
Lombo ...	290\$00	—\$—
Perna, cheio, agulha e sete da pá ...	240\$00	—\$—
Costeletas ...		210\$00
Restos da pá, fundo, cachaço e chambões ...	164\$00	120\$00
Peito e abas ...	105\$00	76\$00
Rabo ...	—\$—	76\$00
Rins ...	130\$00	
Gordura ...	4\$00	

Portaria n.º 16/78

Houve, como é do conhecimento geral um agravamento de matérias primas utilizadas na preparação dos tipos de alimentos compostos.

Assim, torna-se urgente e indispensável nova actualização dos preços para alimentos compostos para animais.

Nestes termos:

O Governo Regional, usando da faculdade que lhe é conferida pelo Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

1. Ficam sujeitos ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do N.º 1 do art. 1.º, do Decreto-Lei N.º 329-A/74,

de 10 de Junho, os tipos de alimentos compostos para animais a que correspondem as seguintes designações:

A — 101	B — 310	S — 800
A — 102	B — 320	S — 801
A — 103	B — 321	S — 815
A — 104	B — 330	S — 816
A — 111	B — 332	S — 830
A — 112		S — 831
A — 120		
A — 115		
A — 125		
A — 130		

2. Os preços máximos de venda ao utilizador final dos tipos de alimentos compostos referidos no número anterior são os seguintes, por quilograma: :

A — 101	10\$80	B — 310	9\$30
A — 102	10\$70	B — 320	8\$20
A — 103	10\$30	B — 321	8\$30
A — 104	11\$00	B — 330	8\$30
A — 111	9\$10	B — 332	8\$20
A — 112	9\$30		
A — 115	11\$00	S — 800	10\$10
A — 120	9\$30	S — 801	9\$90
A — 125	9\$40	S — 815	9\$20
A — 130	9\$80	S — 816	8\$90
		S — 830	8\$80
		S — 831	8\$80

3. Os preços indicados no número antecedente incluem as despesas de transporte desde a fábrica até ao utilizador final, para entregas não inferiores a 5 T.
4. É autorizado ao comércio da região uma

margem de lucro de 10% sobre os preços das rações na fábrica.

5. Os preços máximos de venda fixados no N.º 2, devem entender-se para alimentos compostos farinados e quando acondicionados em sacos de 50 kg, podendo a esses preços ser acrescido o diferencial de \$15/kg no caso de alimentos compostos granulados.
6. Na venda de alimentos compostos em embalagens de 5 kg, 10kg, 25kg pode ser acrescido aos preços estabelecidos no N.º 2 o diferencial de 3\$, 6\$, e 3\$50 por embalagem.
7. Os preços máximos de venda autorizados pela presente portaria devem conter obrigatoriamente na etiqueta aposta nas embalagens que acondicionam os alimentos compostos.
8. A infracção ao disposto no N.º 6 é punida com a multa de 2 000\$00 a 10 000\$00.
9. Fica revogada a portaria N.º 18/77 de 9 de Agosto, que fixa os preços dos alimentos compostos para animais.
10. A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, à excepção dos números 6 e 7, os quais só entrarão em vigor trinta dias após a data da sua publicação.

Secretaria Regional de Economia, 16 de Maio de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Preço deste número: 12\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1 100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série 650\$	>	350\$
A 2.ª série 650\$	>	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»